



CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto

Santa Maria – Açores

12/3
M

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINARIA DO CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA, DE VINTE DE MARÇO DO ANO DE DOIS MIL E CATORZE. -----

Ao vigésimo dia do mês de março de dois mil e catorze, reuniu o Conselho de Ilha de Santa Maria, na Biblioteca Municipal de Vila do Porto, para a sua primeira reunião extraordinária. ---

A esta reunião compareceram os seguintes Conselheiros: Carlos Henrique Lopes Rodrigues; Ricardo Pedro Amaral de Carvalho e Sousa, Rui Alexandre dos Reis Arruda, Jorge Luís da Costa Pessoa Pereira da Costa, José de Andrade Melo, José da Ascensão Cabral Branco, José Arsénio de Sousa Chaves, Jorge Alberto Cabral Botelho, Nélia Mendonça em substituição de António Jorge Cabral Monteiro e Celso Sousa Resendes. -----

Estiveram presentes os Deputados Regionais Paulo Henrique Parece Baptista e Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves. -----

Informaram da sua ausência a Conselheira Lurdes de Fátima Teixeira Magalhães e o Deputado Regional Duarte Manuel Braga Moreira. -----

Esteve ausente o Conselheiro Ildefonso Cabral Resendes. -----

O Presidente do Conselho de Ilha Rui Arruda deu início à reunião saudando os presentes, informando que a convocação desta reunião prende-se com a solicitação de pareceres pela Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho da ALRAA sobre duas iniciativas de alteração ao DLR nº 21/99/A sobre o regime jurídico dos Conselhos de Ilha, propostas do BE e PSD. Deu conhecimento que o Conselheiro Paulo Baptista informou a mesa que irá participar nesta reunião como Deputado Regional o que lhe impede de participar como Conselheiro de Ilha, por ser Presidente da Assembleia Municipal de Vila do Porto, sendo substituído nesta reunião por quem legalmente o substitui, o primeiro secretário da AMVP Ricardo Sousa. Esta substituição está acompanhada de pareceres jurídicos que a sustentam. Por ser a primeira vez que está em representação da CCIPD, deu as boas vindas à Conselheira Nélia Mendonça. -----

De imediato colocou à discussão e votação a ata da primeira reunião ordinária de trinta de janeiro do ano de dois mil e catorze, sem alterações foi a mesma aprovada por maioria com abstenção do Conselheiro Ricardo Sousa. -----

O Presidente informou que foi contactado telefonicamente pelo Chefe de Gabinete do Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes, Sr. Luis Melo, que lhe solicitou o envio da identificação e endereços electrónicos de todos os elementos do Conselho de Ilha por forma a poderem receber convites para a apresentação do Plano Integrado de Transporte (PIT), a

[Handwritten signatures]



CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto

Santa Maria – Açores

realizar no próximo dia vinte e cinco de março no Centro de Interpretação Ambiental Dalberto Pombo. Após autorização dos Conselheiros nesta reunião ficou o Presidente encarregue de facultar a informação solicitada ao Chefe de Gabinete. -----

O Presidente informou que não esteve presente na sessão de esclarecimento sobre “As medidas de apoio às empresas e ao emprego” promovida pelos Deputados do PS Duarte Moreira e Bárbara Chaves porque não recebeu nenhum convite dirigido à sua pessoa, contrariando assim as declarações públicas proferidas pelo Deputado Duarte Moreira sobre a sua ausência. -----

De imediato fez uma breve explanação sobre as reuniões já realizadas na sequência da decisão deste órgão na sua última reunião, afirmando que tem sido um trabalho bastante interessante, útil e de elevado conhecimento sobre o que está a ser desenvolvido nas áreas em questão, estando agendadas as reuniões com a CMVP e Casa de Povo de Almagreira, aguardando autorização da Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social para reunir com a Sra. Delegada dos Serviços de Ilha desta Secretaria e Coordenadora do Núcleo de Ação Social de Santa Maria. Entrou-se de imediato no período antes da ordem do dia:-----

O Presidente informou da falta de resposta da Presidência da ALRAA sobre o ofício enviado a nove de dezembro de dois mil e treze sobre as senhas de presença. Referiu que o que o Conselho de Ilha solicitou está previsto no Estatuto Político-administrativo da RAA e questionou os Deputados presentes sobre qual deveria ser o local de recurso em caso de uma não resposta, de igual modo gostaria de ouvir a sua opinião sobre este assunto. O Deputado Paulo Baptista disse que se iria informar de qual o local a recorrer e a Deputada Bárbara Chaves informou que a resposta está a ser elaborada pela mesa da ALRAA para ser enviada ao Conselho de Ilha. Fica este órgão a aguardar pelo seu envio. -----

O Vice-presidente Jorge Costa propôs um Voto de Congratulação pela decisão do Parlamento Europeu e da Assembleia da República Portuguesa em manter a FIR (Flight Information Region ou Região de Informação de Voo) de Santa Maria, que tem jurisdição sobre o Arquipélago dos Açores e parte do Atlântico Norte, fora do denominado “Céu único Europeu”. Esta decisão, da maior importância para a Ilha de Santa Maria, vem de encontro ao anseio de todos os Marienses que vêem deste modo salvaguardada a manutenção e importância do Controlo Aéreo Oceânico de Santa Maria – Direção de Operações da Região Atlântica da NAV Portugal. - Sobre esta proposta o Conselheiro José Melo disse estar plenamente de acordo; a Deputada



CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto

Santa Maria – Açores

12/11
[Handwritten signatures]

Bárbara Chaves também concorda mas tem dúvidas se o Centro de Controle de Tráfego Aéreo de Santa Maria irá ficar em Santa Maria ou irá para Lisboa ou para outro lado qualquer pois é possível tecnicamente e trata-se de uma decisão política; o Conselheiro José Branco concorda com as preocupações da Deputada Bárbara Chaves referindo que tecnicamente todos sabem que ele poderá ser instalado em qualquer lugar do planeta mas o que está em causa é a decisão tomada, sendo esta inequívoca de que ele se manterá na Ilha de Santa Maria; O Presidente Rui Arruda questionou a Sra. Deputada se ela tem conhecimento de algum indício que poderá levar à sua transferência para Lisboa ao que obteve resposta negativa; o Conselheiro Ricardo Sousa referiu que as questões estão todas salvaguardadas e há indicadores positivos da sua manutenção em Santa Maria; O Deputado Paulo Baptista disse que para já a decisão está tomada e é uma vitória para Santa Maria e para os Marienses; O Vice-presidente Jorge Costa disse que temos que estar atentos sobre tudo a que este assunto diga respeito e alertar os políticos se algo de anormal acontecer. O Voto de Congratulação foi aprovado por unanimidade tendo sido decidido dar conhecimento do mesmo à Assembleia da República; Governo de Portugal; Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores; Governo Regional dos Açores; Deputados eleitos pelos Açores ao Parlamento Europeu; Conselho de Administração da NAV Portugal; Direção de Operações da Região Atlântica da NAV Portugal e Sindicato dos Controladores de Tráfego Aéreo. -----

O Conselheiro Carlos Rodrigues informou que a casa da Associação de Amigos de Santa Maria em Ponta Delgada já recebeu os primeiros utentes. Realçou a postura do Sr. Secretário Regional da Saúde na reunião com o CI referindo que o concurso aberto, para a Unidade de Saúde de Ilha, é para apenas um médico e não para dois como foi afirmado pelo governante na reunião com este órgão. -----

O Conselheiro Jorge Botelho referiu que o problema em maior destaque esta semana tem sido a questão dos transportes, destacando a postura e actuação do Sr. Director Regional dos Transportes para a resolução do problema. Reconhece que há muitas redamações dos comerciantes locais mas afirma que a delegação da CCIPD tem feito os possíveis e impossíveis para a resolução deste assunto. -----

O Conselheiro José Melo afirmou que a delegação da CCIPD deveria reunir com o Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes aquando da sua próxima deslocação a esta Ilha e que estas preocupações deveriam chegar por escrito ao armador, referindo que o armador não faz o seu serviço por voluntariado. -----



CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto

Santa Maria – Açores

O Conselheiro Jorge Botelho afirmou que sabia a nível informal que a visita estatutária do GR a Santa Maria seria em maio e que este órgão já deveria saber esta informação oficialmente. ----

A Deputada Bárbara Chaves afirmou que o calendário das visitas foi definido em março e que se a mesma for em maio ainda há bastante antecedência e que toda a gente saberá da data da visita na altura certa. -----

O Secretário José Arsénio Chaves questionou se o GR não pode obrigar o armador a cumprir com o estipulado tendo o Conselheiro Jorge Botelho afirmado que pelo que sabe o GR não pode obrigar e que há uma ata assinada com o que está acordado. -----

O Conselheiro Carlos Rodrigues afirmou que está bastante à vontade neste assunto e que o problema maior reside no acordo assinado que fez com que a TRANSINSULAR deixasse de escalar Santa Maria. Lamentou a não presença do Conselheiro António Monteiro nesta reunião para poder esclarecer as declarações públicas proferidas na rádio Asas do Atlântico, enquanto representante da CCIPD nesta Ilha, sobre a falta de apoio aos comerciantes locais pela CMVP, realçando que o Sr. António Monteiro não sabe o que diz e que quando se fala publicamente a nível oficial tem de se estar munido de dados e números oficiais. afirmou que o Sr. António Monteiro é uma pessoa que tem responsabilidades nesta Ilha, fazendo parte deste órgão como representante duma instituição, e que terá de ter cuidado com as afirmações que faz oficialmente a não ser que as faça a nível pessoal como empresário, tendo também referido que o Sr. António Monteiro não é o melhor representante da CCIPD e que algumas medidas terão de ser tomadas sobre a sua actuação. -----

O Conselheiro Jorge Botelho afirmou que existem também muitas outras coisas que poderiam ser ditas sobre a CMVP mas que não o irá fazer, que a delegação da CCIPD nesta Ilha nunca trabalhou tanto como o faz agora, referindo que ao se atacar a delegação da CCIPD também o estão a atacar, que na CMVP também existem más representações, que também se sente prejudicado pela CMVP enquanto empresário e que se deve trabalhar com quem paga impostos. Também afirmou que a CMVP tem algumas queixas, em seu poder, sobre empresários locais e que não dá seguimento a elas -----

O Conselheiro Carlos Rodrigues afirmou que a CMVP tem três queixas em seu poder e que agirá de acordo com o pretendido pela delegação local da CCIPD. Gostava também de ver esclarecido as afirmações públicas proferidas por um representante local da CCIPD sobre uma “cunha” da CMVP sobre o armador para transporte de uma máquina da TECNOVIA. -----



CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto

Santa Maria – Açores

12/11/2017
J. Costa
M

O Vice-presidente Jorge Costa afirmou que não está neste órgão em representação da empresa J. Costa & filhos Lda. e que o interesse desta empresa nesta questão é apenas comercial e que nada tem a ver com políticas de transportes, desafiando este órgão a debater a fundo este assunto e referindo que foi proposto ao GR por este órgão, há algum tempo atrás, a criação de um grupo de trabalho para o efeito não tendo obtido resposta até agora. Também referiu que existem muitas dúvidas “no ar” sobre os problemas levantados sobre a questão do calado no porto de Vila do Porto, não sendo claro se o problema reside na Capitania de Vila do Porto ou na empresa Portos dos Açores. -----

Por lhe ter sido solicitado, o Presidente do CI Rui Arruda pediu autorização a este órgão para que o empresário Telmo Braga pudesse intervir na reunião, tendo sido a mesma aprovada. ----

O Conselheiro José Branco afirmou que há um acordo de cavalheiros e que o mesmo não funciona, que quem poderá resolver estes problemas terá de ser o Plano Integrado de Transportes (PIT) do GR e que estas questões terão de ser previstas legalmente por quem tem obrigação de legislar, o GR. -----

O Conselheiro José Melo reafirmou ser importante uma reunião com o Secretário Regional tendo a deputada Bárbara Chaves referido que não entende do mesmo modo porque o GR apenas é mediador nesta situação e que a culpa é do armador. -----

O Vice-presidente Jorge Costa afirmou que o que está em causa são as datas e não o número de toques do navio no Porto de Vila de Porto. -----

O empresário Telmo Braga afirmou que é bom que este órgão atue e fale sobre este assunto porque ele é de extrema importância e mexe com muitos postos de trabalho, que a delegação da CCIPD sozinha não vai lá e está a gerar muita confusão, que os empresários locais estão a ser muito prejudicados, que ninguém fala sobre a questão do barco dos “Pareces”, Que o Diretor Regional tem feito um excelente trabalho mas que não é suficiente, que Santa Maria é servida de quinze em quinze dias por um navio e que há outras Ilhas que o são semanalmente, que a questão do calado não é importante, que o Sr. António Monteiro deveria estar presente nesta reunião porque não se pode fugir e abandonar, que há um documento assinado pelo armador, GR, delegação da CCIPD, Associação Agrícola e de Pescadores de Santa Maria que não está a ser cumprido e que este órgão se deveria unir para agir em proteção dos comerciantes de Santa Maria. -----



CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto
Santa Maria – Açores

O Presidente do CI Rui Arruda questionou que documento era este porque este órgão não tem conhecimento da existência do mesmo, lamentando esta situação, tendo sido facultada uma cópia do documento ao Presidente pelo empresário Telmo Braga. -----

O Deputado Paulo Baptista lamentou que este órgão não tenha tido conhecimento do documento assinado, que o CI foi sempre posto à margem do desenrolar dos acontecimentos pelos intervenientes neste processo e que foi preciso um comerciante local, Sr. Telmo Braga, pedir ajuda direta ao CI porque entendeu que este era o órgão e local correto para se tentar resolver este assunto. -----

O Presidente Rui Arruda afirmou que este órgão não tem medo de intervir em qualquer tipo de situação, que já o fez e sempre o fará, e propôs um pedido de reunião urgente com o Sr. Secretário Regional de Turismo e Transportes sobre este assunto tendo a sua proposta sido aprovada por unanimidade. -----

O Conselheiro Jorge Botelho afirmou que a delegação da CCIPD tem feito todos os esforços e agido sobre tudo com os seus associados e acharam que não sabiam se valeria a pena trazer este assunto a este órgão. -----

De imediato se passou ao período da ordem do dia, tendo o Presidente sugerido que se analisassem os dois pontos simultaneamente por serem comuns e semelhantes, o que foi aceite. -----

Após várias considerações dos elementos presentes nesta reunião decidiu o CI apresentar o seguinte parecer: -----

“Este órgão não está de acordo com a totalidade das propostas de alteração ao DLR nº21/99/A, do BE e PSD, mas regista com agrado essas iniciativas legislativas para reverem a composição dos Conselhos de Ilha, com entendimento de que a sua composição deverá ser alargada a outros setores da sociedade civil. -----

Entendemos que deverá haver diferenças na composição dos Conselhos de Ilha, em Ilhas com mais de um Concelho e Ilhas com apenas um Concelho, como é o caso de Santa Maria. -----

- Propomos: -----

Artigo 2º - Composição -----

Nas Ilhas em que haja apenas um Concelho, o Conselho de Ilha é composto por: -----

- a) Presidentes da Câmara e Assembleia Municipal; -----
- b) Quatro membros eleitos pela Assembleia Municipal; -----
- c) Um representante do sector empresarial; -----



CONSELHO DE ILHA DE SANTA MARIA

Largo Nossa Senhora da Conceição – 9580 Vila do Porto

Santa Maria – Açores

- d) Dois representantes dos movimentos sindicais; -----
- e) Um representante das associações agrícolas; -----
- f) Um representante das associações de pesca; -----
- g) Um representante das associações culturais; -----
- h) Um representante das associações/clubes desportivos; -----
- i) Um representante das organizações não-governamentais de ambiente; -----
- j) Um representante das instituições particulares de solidariedade social. -----

Artigo 3º - Participação dos Deputados -----

1 – (...) -----

2 – Os Deputados eleitos pelo círculo regional de compensação, podem participar nas reuniões do Conselho de Ilha da sua residência oficial, sem direito a voto. -----

-3 – Anterior número 2. -----

Todos os pontos deste parecer foram aprovados por unanimidade com exceção da representação dos Movimentos Sindicais que foi aprovada com voto de qualidade do Presidente do Conselho de Ilha. -----

O Presidente do CI Rui Arruda deu por encerrada a reunião agradecendo a participação de todos os presentes e em especial do Sr. Telmo Braga, afirmando que este órgão reunirá ordinariamente no próximo mês de maio ou extraordinariamente se justificado. -----

Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada por mim, José Arsénio de Sousa Chaves, Primeiro Secretario, que a redigi e subscrevo, bem como pelos restantes membros da mesa do Conselho de Ilha de Santa Maria. -----





